
RASSEGNA

LEGALE

PUBLICAÇÃO DO COMITÊ JURÍDICO ITALCAM

MAIO-JUNHO

2025



EDITORIAL

ARTIGOS DESTA EDIÇÃO

MÍDIAS SOCIAIS E O SISTEMA DE FRANQUIA

HOLDING PATRIMONIAL NA ERA DO IBS CBS AINDA COMPENSA?

ASPECTOS ATUAIS DA GOVERNANÇA CORPORATIVA NO BRASIL

IA COMO INVENTORA: DESAFIO JURÍDICO

IMPOSTO NA FONTE SOBRE OS DIVIDENDOS BRASILEIROS: É REALMENTE

INDIFERENTE AOS INVESTIDORES ESTRANGEIROS?

LICENCIAMENTO AMBIENTAL EM NOVA FASE

PEJOTIÇÃO

OS VALORES DA EMPRESA FAMILIAR



VICENTE BAGNOLI
Presidente do CoJur

Nesta edição da Rassegna Legale o leitor terá à sua disposição oito artigos das mais diversas áreas do Direito. Numa linguagem objetiva são apresentados os pontos mais relevantes para uma breve compreensão de cada um dos temas tratados.

Em um dos artigos é trazida a questão do imposto na fonte sobre os dividendos brasileiros em razão do projeto de criar imposto na fonte de 10% sobre dividendos distribuídos a quaisquer investidores residentes no exterior, incluindo italianos. Já em outro, trata-se da governança corporativa como instrumento jurídico-estratégico voltado à conformidade legal, à integridade organizacional e à geração de valor no longo prazo.

O tema das mídias sociais e o sistema de franquia também se faz presente, em como utilizar as plataformas digitais e quais os cuidados que uma rede de franquia deve ter. O questionamento se a holding patrimonial na era do IBS CBS ainda compensa é objeto de outro artigo.

A proposta do Projeto de Lei de alterar a Lei de Propriedade Industrial para reconhecer sistemas de IA (inteligência artificial) como inventores é mais um tema enfrentado em um dos artigos. A nova fase do licenciamento ambiental diante da aprovação pelo Senado Federal do novo marco legal que moderniza o licenciamento ambiental e fortalece a segurança jurídica é tratada em outro.

Já a chamada “pejotização” e a paralização das ações sobre o tema é trazida em outro artigo, enquanto a identificação de valores municia a empresa familiar com força e poder e impulsiona a sua sucessão e perpetuidade, é objeto de outro artigo.

Como visto, trata-se de um repertório diverso e bastante interessante!

Nesta edição, tomamos a liberdade para renovar os agradecimentos aos apoiadores, devidamente mencionados na página seguinte, que viabilizaram por um ano as edições da Rassegna Legale na Revista Affari.

Boa leitura!

Nesta edição da Rassegna Legale, o leitor avrà a disposizione otto articoli che trattano di diverse aree del Diritto. Con un linguaggio chiaro e diretto, vengono presentati i punti più rilevanti per una rapida comprensione di ciascun tema trattato.

Uno degli articoli affronta la questione dell'imposta alla fonte sui dividendi brasiliani, in relazione al progetto di introdurre una tassazione alla fonte del 10% sui dividendi distribuiti a investitori residenti all'estero, compresi quelli italiani. Un altro tratta invece della governance societaria come strumento giuridico-strategico volto alla conformità legale, all'integrità organizzativa e alla creazione di valore nel lungo periodo.

Si parla anche di social media e del sistema del franchising, con un'analisi su come utilizzare le piattaforme digitali e le precauzioni che una rete di franchising deve adottare. Un altro contributo si interroga sull'attualità della holding patrimoniale nell'era dell'IBS CBS.

La proposta di modifica della Legge sulla Proprietà Industriale, volta a riconoscere i sistemi di intelligenza artificiale come inventori, è un ulteriore tema trattato. Un altro articolo si concentra sulla nuova fase del processo di autorizzazione ambientale, in seguito all'approvazione da parte del Senato Federale del nuovo quadro normativo che modernizza il settore e rafforza la sicurezza giuridica.

Il fenomeno della cosiddetta “pejotização” (subordinazione dissimulata tramite persona giuridica, n.d.t.) e della sospensione delle cause relative sono oggetto di un altro articolo, mentre l'identificazione dei valori come fattore che conferisce forza e potere all'impresa familiare, favorendo la sua successione e continuità, è tema di un ulteriore approfondimento.

Come si può notare, si tratta di un repertorio variegato e decisamente interessante!

In questa edizione, cogliamo l'occasione per rinnovare i nostri ringraziamenti agli sponsor, debitamente menzionati nella pagina seguente, che hanno reso possibile per un anno le edizioni della Rassegna Legale sulla Rivista Affari.

Buona lettura!

APOIO



BCO
ACCOUNTING | TAX | OUTSOURCING

Chiarottino
& Nicoletti
ADVOGADOS

**KL
A**



L.O. BAPTISTA

 **PEDUTI**
ADVOGADOS
PROPRIEDADE INTELECTUAL
www.peduti.com.br

SOUZA DANTAS
ADVOCACIA

Stüssi-Neves
Advogados



MÍDIAS SOCIAIS E O SISTEMA DE FRANQUIA

Como utilizar as plataformas digitais e quais os cuidados que uma rede de franquia deve ter

Desde 2020 temos uma nova legislação que rege o sistema de franquia no Brasil – Lei nº 13.966/19 – e que trouxe maior segurança jurídica para esse mercado, em plena expansão. Prova disso são os dados divulgados anualmente pela Associação Brasileira de Franchising – ABF. Segundo a ABF, o faturamento do setor no 4º trimestre de 2024 foi de R\$ 81.086 MM, o que significa um aumento de 11,3% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Um dos fatores que tem demonstrado auxiliar o crescimento e o fortalecimento das unidades franqueadas é a divulgação de seus produtos e serviços por meio de plataformas digitais, que garantem visibilidade e potencializando vendas, além de serem um canal eficiente de interação. Por outro lado, as mídias sociais desafiam franqueadores a adequarem e estabelecerem regras voltadas à sua rede de franqueados no sentido de sua correta utilização.

E como utilizar as mídias sociais com segurança jurídica? Não há uma regra: vários fatores irão determinar qual é o melhor caminho, devendo ser analisado caso a caso. Na prática, o que surte efeito é a criação de uma política para uso de mídias sociais, contendo regras claras acerca do marketing permitido, numa tentativa indireta de se ter algum controle sobre a forma de utilização desses meios, ainda que minimamente. Assim, evita-se que uma postagem mal conduzida possa vir a comprometer a imagem e a reputação corporativa da franqueadora.



DANIELA FAVARETTO
dfavaretto@chiarottino.com.br

SOCIAL MEDIA E IL SISTEMA DI FRANCHISING

Come utilizzare le piattaforme digitali e quali precauzioni adottare per una rete di franchising

Dal 2020 vigora una nuova legislazione che regola il sistema di franchising in Brasile – Legge n. 13.966/19 – garantendo una maggiore sicurezza giuridica a questo mercato in piena espansione, come confermato dai dati pubblicati annualmente dall'Associazione Brasiliana di Franchising – ABF. Secondo l'ABF, il fatturato del settore nel 4º trimestre del 2024 è stato di R\$ 81.086 MM, con un aumento dell'11,3% rispetto allo stesso periodo dell'anno precedente.

Uno dei fattori che ha dimostrato di contribuire alla crescita e al rafforzamento delle unità in franchising è la promozione dei loro prodotti e servizi attraverso le piattaforme digitali, che garantiscono visibilità e avvicinano i clienti ai marchi, generando coinvolgimento e potenziando le vendite, oltre a rappresentare un canale di interazione efficace. D'altra parte, i social media pongono una sfida per i franchisor, che devono adattarsi e stabilire regole specifiche per l'uso corretto della marca da parte della propria rete di affiliati.

utilizzare i social media con sicurezza giuridica? Non esiste una regola unica: diversi fattori determineranno qual è il percorso migliore, ed è necessario analizzare ogni caso specificamente. Nella pratica, ciò che risulta efficace è l'elaborazione di una policy per l'uso dei social media, contenente regole chiare sul marketing consentito, in un tentativo indiretto di avere un certo controllo sull'utilizzo di questi canali, anche se minimo. In questo modo, si evita che un post mal gestito possa compromettere l'immagine e la reputazione aziendale del franchisor.



GABRIEL BEZ BATTI
gbezatti@bde.com.br



WALTHER BOTTARO DE CASTRO
wbottaro@bccco.com.br

HOLDING PATRIMONIAL NA ERA DO IBS CBS AINDA COMPENSA?

Mesmo com IBS e CBS, a holding pode seguir vantajosa para quem possui imóveis alugados em maior escala.

Atualmente, as pessoas físicas que alugam imóveis arcam apenas com o IRPF (calculado por meio de alíquotas progressivas, até 27,5%), mas, a partir de 2027, também serão obrigadas a pagar o CBS e a IBS de aproximadamente 8,7% caso aluguem mais de 03 (três) imóveis e tenham receita anual superior a R\$ 240 mil (e caso não estejam dentro do regime opcional de transição previsto no art. 487 da LC 214).

Com isso, continuará sendo atrativo constituir uma holding patrimonial.

Atualmente, caso essas holdings sejam optantes pelo regime do Lucro Presumido, devem pagar 10,88% a título de IRPJ e CSL e 3,65% a título de PIS e Cofins, ou seja, cerca de 14,5% sobre a receita.

Com o novo regime (IBS e CBS), considerando a estimativa atual de que a alíquota conjunta desses dois tributos será de 29% e que as alíquotas aplicáveis à locação devem ser reduzidas a 70%, a carga tributária efetiva deve passar de 14,5%, no regime do Lucro Presumido, para aproximadamente 19%.

Porém, mesmo com o aumento dessa carga fiscal, a tributação das holdings patrimoniais que alugam imóveis será menor do que a tributação das pessoas físicas que atuam no ramo, ainda que o município em questão cobre o ITBI na integralização dos imóveis na sociedade. Pelo menos enquanto a distribuição de dividendos não for tributada.

Além disso, há ganhos adicionais em planejamento sucessório, controle patrimonial e gestão centralizada.

Portanto, para investidores imobiliários, a holding patrimonial segue sendo uma estrutura bastante eficiente.

LA HOLDING PATRIMONIALE NELL'ERA DI IBS CBS CONVIENE ANCORA?

Anche con l'introduzione dell'IBS e del CBS, la holding patrimoniale può continuare a rappresentare una soluzione vantaggiosa per chi possiede immobili dati in locazione su scala più ampia.

Attualmente, le persone fisiche che affittano immobili sono soggette esclusivamente all'IRPF (Imposta sul Reddito delle Persone Fisiche), calcolata con aliquote progressive fino al 27,5%. Tuttavia, a partire dal 2027, saranno obbligate a pagare anche il CBS e l'IBS, per un'aliquota complessiva di circa l'8,7%, qualora possiedano più di tre immobili in locazione e un reddito annuo superiore a R\$ 240.000 (e non rientrino nel regime transitorio opzionale previsto dall'art. 487 della LC 214).

In questo contesto, costituire una holding patrimoniale continuerà ad essere una scelta interessante.

Attualmente, se tali holding optano per il regime del Lucro Presumido, devono versare il 10,88% a titolo di IRPJ e CSLL e il 3,65% per PIS e Cofins, cioè circa il 14,5% sul reddito da locazione.

Con il nuovo regime (IBS e CBS), considerando l'aliquota stimata complessiva del 29% per tali tributi e la prevista riduzione del 70% applicabile ai canoni di locazione, il carico fiscale effettivo passerebbe dal 14,5% attuale (Lucro Presumido) a circa il 19%.

Tuttavia, anche con questo aumento, la tassazione delle holding patrimoniali che affittano immobili resterà inferiore rispetto a quella delle persone fisiche che svolgono la stessa attività, anche nei casi in cui il comune esiga il pagamento dell'ITBI per il conferimento degli immobili nella società. Ciò vale almeno finché non verranno tassati i dividendi distribuiti.

Inoltre, vi sono ulteriori vantaggi in termini di pianificazione successoria, controllo patrimoniale e gestione centralizzata.

Pertanto, per gli investitori immobiliari, la holding patrimoniale continua a essere una struttura estremamente efficiente.

ASPECTOS ATUAIS DA GOVERNANÇA CORPORATIVA NO BRASIL



MARIA BEATRIZ ARMELIN PETRONI
Mpetroni@mbaplaw.com.br

A Governança Corporativa (“GC”) é o conjunto de regras pelo qual uma organização é dirigida, composto por práticas e instrumentos que alinham os interesses dos diferentes públicos de relacionamento (sócios, administradores e demais partes interessadas) e que buscam, dentre outros objetivos, obter maior transparência, conformidade legal, integridade organizacional e geração de valor no longo prazo. Tais regras podem prevenir litígios decorrentes da ausência de regras claras, ou de decisões arbitrárias de grupos societários ou mesmo em função de atos praticados com conflitos de interesse, em detrimento dos interesses de uma organização, tais como uso de informação privilegiada, favorecimento de certos fornecedores, contratação ou promoção de parentes sem meritocracia ou mesmo decisões que priorizam interesses pessoais dos administradores ou mesmo dos sócios.

Casos recentes de insucesso empresarial por falhas na GC comprovam que sua ineficácia compromete a integridade institucional, sua reputação, fragiliza os mecanismos de controle e pode levar à responsabilização civil, administrativa e penal dos administradores e até mesmo a falência da própria sociedade.

Atualmente, os desafios da GC envolvem também a incorporação de tecnologias baseadas em inteligência artificial (IA). Sistemas automatizados usados pelas empresas podem aumentar a eficiência nas organizações, mas exigem mecanismos de supervisão, ética digital e prestação de contas.

Cabe aos administradores das sociedades avaliar e monitorar os riscos associados ao uso da IA. Portanto, deve-se garantir que essas tecnologias estejam alinhadas à cultura daquela determinada organização, de acordo com os seus princípios e valores éticos, com políticas sobre uso de dados, segurança da informação e conformidade regulatória.

Por fim, a estratégia corporativa de uma determinada empresa deve sempre considerar os princípios da boa GC, especialmente diante da grande complexidade atual do mundo dos negócios, como forma de afastar riscos e garantir a perenidade das empresas, com base em uma sólida cultura ética.

ASPETTI ATTUALI DELLA GOVERNANCE AZIENDALE IN BRASILE

La Corporate Governance (“CG”) è l’insieme delle regole che regolano la gestione di un’organizzazione, composto da pratiche e strumenti che allineano gli interessi dei diversi soggetti coinvolti (soci, amministratori e altre parti interessate) e che mirano, tra gli altri obiettivi, a ottenere maggiore trasparenza, conformità legale, integrità organizzativa e generazione di valore a lungo termine. Tali regole possono prevenire controversie derivanti dall’assenza di regole chiare, da decisioni arbitrarie di gruppi societari o anche da atti compiuti in conflitto di interessi, a scapito degli interessi di un’organizzazione, come l’uso di informazioni privilegiate, il favoritismo verso determinati fornitori, l’assunzione o promozione di parenti senza meritocrazia o anche decisioni che privilegiano gli interessi personali degli amministratori o dei soci.

Casi recenti di insuccesso aziendale dovuti a carenze nella CG dimostrano che la sua inefficacia compromette l’integrità istituzionale, la sua reputazione, indebolisce i meccanismi di controllo e può portare alla responsabilità civile, amministrativa e penale degli amministratori e persino al fallimento della società stessa.

Attualmente, le sfide della CG coinvolgono anche l’incorporazione di tecnologie basate sull’intelligenza artificiale (IA). I sistemi automatizzati utilizzati dalle aziende possono aumentare l’efficienza nelle organizzazioni, ma richiedono meccanismi di supervisione, etica digitale e responsabilità.

Spetta agli amministratori delle società valutare e monitorare i rischi associati all’uso dell’IA. Pertanto, è necessario garantire che queste tecnologie siano in linea con la cultura di quella determinata organizzazione, in conformità con i suoi principi e valori etici, con le politiche sull’uso dei dati, la sicurezza delle informazioni e la conformità normativa.

Infine, la strategia aziendale di una determinata azienda deve sempre tenere conto dei principi di buona CG, soprattutto di fronte all’attuale grande complessità del mondo degli affari, come modo per allontanare i rischi e garantire la continuità delle imprese, sulla base di una solida cultura etica.

IA COMO INVENTORA: DESAFIO JURÍDICO

PL 303/2024 propõe alterar a LPI para reconhecer sistemas de IA como inventores

O Projeto de Lei nº 303/2024 propõe alterar a Lei de Propriedade Industrial (Lei nº 9.279/96) para admitir a possibilidade de sistemas de inteligência artificial (IA) figurarem como inventores. De autoria do deputado Júnior Mano (PL-CE), o projeto busca preencher lacuna normativa diante da crescente presença da IA nos processos inventivos, visando conferir segurança jurídica e estímulo à inovação.

O parecer do relator, deputado Leonardo Gadelha (PODE-PB), é favorável com ressalvas. Destaca-se a impossibilidade jurídica de reconhecer personalidade à IA, condição indispensável para atribuição de inventores. Além disso, levanta-se a preocupação com a potencial descaracterização da atividade criativa humana, fundamento histórico da proteção patentária.

O substitutivo apresentado prevê a manutenção da autoria vinculada à pessoa natural, exigindo a identificação do grau de intervenção da IA na criação. A proposta também estipula prazos reduzidos de vigência para patentes com participação significativa da IA, o que pode colidir com disposições do Acordo TRIPS.

A proposta levanta questões complexas sobre autoria, legitimidade e critérios de atividade inventiva. Em um cenário internacional ainda sem consenso, alterações unilaterais na legislação podem gerar insegurança jurídica e dificuldades no reconhecimento extraterritorial de patentes concedidas sob tais premissas.



MARÍLIA DE OLIVEIRA FOGAÇA
marilia.fogaca@peduti.com.br



CESAR PEDUTI FILHO
cesar.peduti@peduti.com.br

IA COME INVENTORE: SFIDA LEGALE

La PL 303/2024 propone di modificare l'LPI per riconoscere i sistemi di intelligenza artificiale come inventori

Il disegno di legge n. 303/2024 propone di modificare i diritti di proprietà intellettuale (legge n. 9.279/96) per riconoscere ai sistemi di IA di comparire come inventori. Di creazione dal deputato Júnior Mano (PL-CE), il progetto mira a colmare una lacuna normativa in vista della crescente presenza dell'intelligenza artificiale nei processi inventivi, garantendo la certezza giuridica e stimolare l'innovazione.

Il parere del relatore, il deputato Leonardo Gadelha (PODE-PB), è favorevole con riserve. Si distingue l'impossibilità giuridica di riconoscere la personalità nell'IA, condizione essenziale per l'attribuzione degli inventori. Inoltre, sorgono preoccupazioni circa la potenziale rappresentazione errata dell'attività creativa umana, fondamento storico della protezione di brevetti.

La modifica proposta prevede il mantenimento della paternità legata alla persona fisica, richiedendo l'identificazione del grado di intervento dell'IA nella creazione. La proposta prevede anche una riduzione della durata di validità dei brevetti con una significativa partecipazione dell'IA, che potrebbero essere in conflitto con le disposizioni dell'Accordo TRIPS.

La proposta solleva questioni complesse sulle paternità, la legittimità e i criteri dell'attività inventiva. In uno scenario internazionale, modifiche unilaterali della legislazione possono generare incertezza giuridica e difficoltà nel riconoscimento extraterritoriale dei brevetti concessi in base a tali premesse.

IMPOSTO NA FONTE SOBRE OS DIVIDENDOS BRASILEIROS: É REALMENTE INDIFERENTE AOS INVESTIDORES ESTRANGEIROS?

Em março de 2025, o governo brasileiro apresentou projeto de criar imposto na fonte (IRRF) de 10% sobre dividendos distribuídos a quaisquer investidores residentes no exterior, incluindo italianos (PL 1087). Caso seja aprovada ainda neste ano, a nova tributação vigoraria para distribuições ocorridas a partir de 2026.

Apesar de o projeto estar sendo muito debatido, um aspecto tem merecido menos atenção do que deveria: o novo imposto seria particularmente oneroso para a maioria dos investidores estrangeiros, inclusive os italianos, mesmo se houver convenção contra dupla tributação entre os dois países.

Por exemplo, para empresas italianas com mais de 25% do capital de sociedade brasileira, nos termos da atual convenção para evitar a dupla tributação, o dividendo seria isento na Itália e o novo imposto não poderia ser recuperado.

Em outros casos, apenas 5% do dividendo pago no Brasil seria tributado na Itália (dividend exemption, se as condições relevantes forem atendidas). Mesmo aplicando-se o “matching credit” de 25% previsto na convenção (crédito presumido de imposto para atração de investimento italiano para o Brasil), apenas um montante mínimo do IRRF seria recuperável. Sobre um dividendo de R\$100, com retenção na fonte de R\$10, a empresa italiana recuperaria como crédito de imposto apenas R\$1,25, com um custo efetivo líquido de R\$8,75.

Investidores pessoas físicas também terão restrições para aproveitar o crédito de IRRF na Itália. Logo, para eles o novo imposto também seria um aumento de custo.

Cabe ao legislador brasileiro avaliar a conveniência econômica desta proposta, ciente dos impactos sobre os investidores internacionais no país.



HERMANO A.C.
NOTAROBERTO BARBOS
hermano@bmalaw.com.br



STEFANO BRUNELLO DORMAL
Stefano.Brunello@belex.com

RITENUTA ALLA FONTE SU DIVIDENDI BRASILEIANI: È DAVVERO INDIFERENTE PER GLI INVESTITORI STRANIERI?

In marzo 2025, il governo brasiliano ha presentato un disegno di legge per introdurre una ritenuta alla fonte del 10% (IRRF) sui dividendi distribuiti a tutti gli investitori residenti all'estero, compresi gli italiani (PL 1087). Se approvata entro la fine dell'anno, la nuova tassazione sarebbe in vigore per le distribuzioni che avvengono a partire dal 2026.

Nonostante il progetto sia molto dibattuto, un aspetto ha ricevuto meno attenzione del dovuto: la nuova imposta sarebbe particolarmente onerosa per la maggior parte degli investitori stranieri, compresi gli italiani, anche se esiste una convenzione contro le doppie imposizioni tra i due Paesi.

Ad esempio, per le società italiane con più del 25% del capitale di una società brasiliana, secondo i termini dell'attuale convenzione contro le doppie imposizioni, il dividendo sarebbe esente in Italia e la nuova imposta non potrebbe essere recuperata.

Negli altri casi, solo il 5% del dividendo distribuito dal Brasile sarebbe tassato in Italia (dividend exemption, se ne ricorrono le condizioni). Anche applicando il “matching credit” del 25% previsto dalla convenzione (credito d'imposta presunto, al fine di attrarre investimenti italiani in Brasile), sarebbe recuperabile solo un importo minimo dell'IRRF. Su un dividendo di R\$ 100, con ritenuta alla fonte di R\$ 10, la società italiana recupererebbe come credito d'imposta solo R\$ 1,25, con un costo netto effettivo di R\$ 8,75.

Anche gli investitori persone fisiche avranno restrizioni per recuperare la IRRF tramite credito d'imposta in Italia. Pertanto, per loro la nuova ritenuta comporterebbe un incremento del costo dell'investimento.

Spetta al legislatore brasiliano valutare la convenienza economica di questa proposta, consapevole degli impatti sugli investitori internazionali nel Paese.

LICENCIAMENTO AMBIENTAL EM NOVA FASE

Aprovado no Senado Federal brasileiro o novo marco legal que moderniza o licenciamento ambiental e fortalece a segurança jurídica

O Senado aprovou, em 21/05/2025, a nova Lei Geral do Licenciamento Ambiental (PL 2.159/2021), que moderniza o sistema nacional ao unificar regras, definir prazos e adotar modalidades proporcionais ao impacto ambiental de cada atividade.

O texto cria procedimentos mais ágeis, como a Licença por Adesão e Compromisso (LAC), voltada a atividades de menor impacto, e a Licença Ambiental Especial (LAE), para projetos estratégicos. Já os empreendimentos de maior complexidade continuam sujeitos ao EIA/RIMA e à análise técnica detalhada.

A inclusão expressa da mineração no texto legal encerra uma lacuna histórica. O novo marco oferece previsibilidade para projetos de pesquisa e lavra de pequeno porte, mantendo exigências rigorosas para grandes empreendimentos.

A LGLA também reforça a proteção ambiental: veda o uso de procedimentos simplificados quando houver supressão de vegetação nativa ou impacto sobre terras indígenas, unidades de conservação e zonas frágeis.

A norma ainda fortalece a segurança jurídica ao padronizar critérios técnicos, eliminar sobreposição de normas e fixar prazos para análise, renovação e transferência de licenças.

O texto segue agora para nova análise na Câmara dos Deputados e, se aprovado, será encaminhado à sanção ou veto presidencial.



LUIZ FERNANDO VISCONTI
visconti@viscontilaw.com.br

LICENCIAMENTO AMBIENTALE IN UNA NUOVA FASE

Approvato dal Senato Federale brasiliano il nuovo quadro normativo che modernizza il licenciamento ambientale e rafforza la sicurezza giuridica

Il Senato Federale del Brasile ha approvato, il 21/05/2025, la nuova Legge Generale sul Licenciamento Ambientale (PL 2.159/2021), che modernizza il sistema nazionale unificando le regole, definendo scadenze e adottando modalità proporzionali all'impatto ambientale di ciascuna attività.

Il testo introduce procedure più snelle, come la Licenza per Adesione e Impegno (LAC), rivolta ad attività a basso impatto, e la Licenza Ambientale Speciale (LAE), per progetti strategici. I progetti più complessi restano soggetti a studi di impatto ambientale (EIA/RIMA) e a valutazioni tecniche approfondite.

L'inclusione esplicita del settore minerario colma una storica lacuna normativa. Il nuovo quadro assicura maggiore prevedibilità per i progetti di ricerca ed estrazione di piccole dimensioni, mantenendo requisiti rigorosi per quelli di grande portata.

La LGLA rafforza anche la tutela ambientale: vieta procedure semplificate in caso di soppressione di vegetazione nativa o impatto su terre indigene, aree protette e zone ecologicamente sensibili.

La norma consolida infine la sicurezza giuridica, standardizzando i criteri tecnici, eliminando sovrapposizioni normative e stabilendo scadenze per l'analisi, il rinnovo e il trasferimento delle licenze.

Il testo torna ora alla Camera dei Deputati per una nuova valutazione e, se approvato, sarà sottoposto a sanzione o veto presidenziale.



PATRICIA SALVIANO TEIXEIRA
patricia.salviano@snasp.com.br



MARIA LUCIA GADOTTI
marialucia.gadotti@snasp.com.br

PEJOTIÇÃO

A Paralisação Nacional de Ações sobre o Tema

A Justiça do Trabalho brasileira recebe, diariamente, inúmeras ações que discutem a legalidade da contratação de trabalhador por meio de empresa por ele constituída, com a finalidade de ver reconhecidos direitos fundamentais trabalhistas do prestador de serviços, face à contratação fraudulenta.

O número de reclamações trabalhistas sobre o tema vem crescendo desde a Reforma Trabalhista de 2017, que permitiu a terceirização do objeto social da empresa, ampliando a contratação, muitas vezes de forma equivocada, de pessoas jurídicas para o exercício da atividade fim.

Face ao quadro descrito, em meados do mês de abril de 2025, o Supremo Tribunal Federal (STF), publicou decisão de lavra do Ministro Gilmar Mendes que determinou a suspensão da tramitação de todos os processos que tenham como tema a “pejotização” do trabalhador.

O julgamento do Tema nº 1.389 é importante pois, além de discutir a legalidade da contratação de pessoas jurídicas para prestação de serviços, outro ponto a ser analisado pelo STF é a competência da Justiça do Trabalho para decidir sobre esse tipo de relação de trabalho.

O impacto da decisão será de grande proporção na economia e na manutenção de postos de trabalho no Brasil, a depender do entendimento firmado pelos Ministros da Suprema Corte.

Em que pese não haver data para julgamento do Tema nº 1.389 pelo Plenário do STF, a expectativa é que ele ocorra em 2026, posto que, com a paralisação dos processos no âmbito nacional, a Justiça do Trabalho, órgãos de classe a OAB têm interesse na sua rápida resolução para prosseguimento e finalização dos processos.

PEJOTIZZAZIONE (FORMALIZZAZIONE COME PERSONA GIURIDICA)

La paralisi nazionale delle cause in materia

Il Tribunale del lavoro brasiliano riceve ogni giorno innumerevoli cause che discutono della legalità dell'assunzione di un lavoratore attraverso una persona giuridica di sua proprietà, con l'obiettivo di far riconoscere il rapporto di lavoro e i diritti fondamentali del lavoro, a fronte di assunzioni considerate fraudolente.

Il numero di ricorsi in materia di lavoro è in aumento dopo la Riforma del Lavoro del 2017, che ha permesso l'esternalizzazione delle attività centrali e intermedie dell'azienda, ampliando l'assunzione, spesso erronea, di professionisti attraverso entità legali che possono mascherare veri e propri rapporti di lavoro.

La Corte di Cassazione, soprattutto negli ultimi due anni, ha annullato le sentenze dei tribunali del lavoro che riconoscevano il rapporto di lavoro dei professionisti assunti con questa modalità, senza considerare l'esistenza o meno della prova dei vizi nella manifestazione di volontà.

In questo contesto, a metà aprile 2025, il giudice Gilmar Mendes ha ordinato la sospensione di tutti i casi di “pejotizzazione” dei lavoratori.

La sentenza sul Tema n. 1.389 è importante perché, oltre a discutere la legalità dell'assunzione di persone giuridiche per la fornitura di servizi, analizzerà la competenza del Tribunale del lavoro a decidere su questo tipo di rapporto di lavoro.

L'impatto della decisione sarà di vasta portata sull'economia (compresa la riscossione delle imposte federali) e sul mantenimento dei posti di lavoro in Brasile, a seconda di ciò che decideranno i giudici della Corte Suprema.

Sebbene la Plenaria del STF non si sia pronunciata sul Tema 1.389, si prevede che ciò avverrà nel 2026, poiché, paralizzando i procedimenti a livello nazionale, la società nel suo complesso ha interesse a una rapida risoluzione del problema per proseguire e concludere i procedimenti, alla prevedibilità nell'assunzione di professionisti e alla certezza del diritto.

OS VALORES DA EMPRESA FAMILIAR

Como a identificação de valores municia a empresa familiar com força e poder e impulsiona a sua sucessão e perpetuidade

A disputa ocorreu em processo arbitral sigiloso, envolve Muitas famílias têm consciência da importância do acordo de acionistas para a governança de sua empresa, conferindo segurança na tomada das decisões, assim como estabilidade para a propriedade. Tudo isto está previsto na Lei 6.404/76, art. 118, que atribui execução específica às obrigações contratadas por tais acordos.

Muitos desses acordos, no Brasil, partem dos valores que moldam a identidade da família, que podem estar relacionados, dentre outros, a excelência, a legado, a humanidade, a poder, a bem-estar, mas, afinal, por que a consciência sobre os próprios “valores” auxilia a empresa familiar a atingir novos objetivos?

Ter clareza sobre seus valores propicia à família entendimento sobre suas escolhas e uma atuação mais coerente. Valores confluem para alinhamento e para uma gestão com fundamento, facilitando a identificação de novas oportunidades e soluções, ainda que em tempos voláteis ou de pressão. Empresas familiares que reverenciam e atuam conforme os seus valores possuem maior clareza na alocação de seus recursos, de seu tempo e de seus profissionais, geralmente têm na espiritualidade um importante guia e se engajam em causas de longo prazo.

Em países em que a sucessão da empresa familiar já é estudada há mais tempo, os valores são postos como base do Protocolo Familiar, com abrangência ainda maior, permitindo o seu exercício na condução não somente da empresa, como também da fundação familiar, do family office e de ativos que a família possa deter em conjunto.



MARCELO TRUSSARDI PAOLIN
mpa@baptista.com.br

I VALORI DELLA SOCIETÀ FAMILIARE

Come l'identificazione dei valori conferisce forza a una società familiare e ne guida la successione e la perpetuità

Molte famiglie sono consapevoli dell'importanza dell'accordo tra azionisti per la governance dell'azienda, poiché garantisce sicurezza nel processo decisionale e stabilità alla proprietà. Tutto ciò è previsto dalla Legge 6.404/76, art. 118, che attribuisce l'adempimento specifico alle obbligazioni contratte da tali accordi.

Molti di questi accordi in Brasile si basano sui valori che formano l'identità familiare, che possono essere legati, tra l'altro, all'eccellenza, all'umanità, al potere, al benessere, però perché la consapevolezza dei propri “valori” aiuta l'azienda familiare a raggiungere nuovi obiettivi?

Avere chiarezza sui propri valori consente alla famiglia di comprendere le proprie scelte e di adottare un approccio più coerente alle sue azioni. I valori convergono verso una gestione sicura, facilitando l'identificazione di nuove opportunità, anche in periodi volatili. Le aziende familiari che agiscono secondo i propri valori hanno maggiore chiarezza nell'allocazione delle proprie risorse, del proprio tempo e dei professionisti, generalmente hanno la spiritualità come guida e sono impegnate in cause a lungo termine.

Nei Paesi in cui la successione nelle società familiari è studiata da più tempo, i valori vengono posti alla base del Protocollo di Famiglia, con una portata ancora più ampia, consentendone l'esercizio nella gestione non solo dell'azienda, ma anche della fondazione di famiglia, del family office e dei beni che la famiglia eventualmente detiene insieme.